

O Projeto da Via Pacífica do Partido Comunista Chileno: “Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”.

Elisa de Campos Borgesⁱ

Neste artigo, pretendemos fazer um estudo de um dos acontecimentos mais intrigantes da história política em “Nuestra América”: a tentativa realizada pela esquerda chilena, através da Unidade Popularⁱⁱ, de construir um projeto de transição ao socialismo através de uma via não armada, que começou a se concretizar em 1970 com a vitória de Salvador Allendeⁱⁱⁱ para presidente da República e teve seu final trágico em 1973, através do golpe das forças reacionárias comandadas pelo General Pinochet com o apoio e financiamento dos Estados Unidos. Este projeto foi denominado de “via chilena ao socialismo”.

Procuramos apresentar a discussão da via pacífica ao socialismo a partir das discussões formuladas pelo Partido Comunista Chileno, que foi um dos principais elaboradores deste complexo debate no Chile, que permeou as discussões dos partidos comunistas no final dos anos sessenta e setenta.

Em junho de 1912 foi fundado por Emilio Recabarren o Partido Obrero Socialista, formado principalmente por trabalhadores das minas de cobre e salitre. Em 1922, este partido aceita a se filiar na III Internacional Comunista (IC)^{iv}, modificando seu nome para Partido Comunista do Chile, já que desde a revolução soviética, já se mostrava simpatizante daquele país. A entrada do POS, agora PC, na internacional comunista provoca uma série de mudanças na sua forma e organização: passando a adotar uma estrutura centralizada, hierarquizada. Sua formulação política passa a ser influenciada pelas discussões realizadas entre os países comunistas, sob liderança da União Soviética.

Em 1933, mesma data de fundação do Partido Socialista, é realizada uma importante conferência nacional do PC. Nesta conferência, aprova-se uma linha política denominada de Revolução Democrático-burguesa, que tinha como objetivo central unir todos os setores democráticos do Chile para derrotar o imperialismo dos Estados Unidos, o latifúndio e as

oligarquias nacionais. Portanto, não teria imediatamente um processo de revolução socialista. Esta seria fruto de um desenvolvimento gradual.

Essa visão foi chamada de etapista pelo Partido Socialista^v e foi muito criticada, já que ela não via o socialismo como algo imediato. Ao longo das eleições chilenas, o PC chileno foi desenvolvendo essa linha política que vislumbrava a consolidação de uma aliança política ampla, resultando na sua participação em coalizões com o Partido Radical, Partido Democrático, e o próprio Partido Socialista na candidatura de Pedro Aguirre Cerda pela Frente Popular, Aliança Democrática em 1942 dentre outros.

Foi em 1956, que no Congresso Nacional do Partido Comunista aprova um novo programa que reflete as discussões geradas pelo campo comunista e também pela experiência prática de formação das coalizões políticas para disputar o poder. O programa tinha como base à libertação nacional, a aliança com setores democráticos, mas tendo como sujeito principal à da classe trabalhadora enquanto percussora da revolução chilena. Em suas principais linhas de ação, a nacionalização das riquezas básicas, a reforma agrária, a estatização dos bancos e das grandes indústrias. É neste congresso que foi sustentado a possibilidade de avançar ao socialismo pela via não armada, a partir da conquista do governo pelo movimento popular.

As discussões da possibilidade da via pacífica foi construída a partir das teses do XX Congresso da União Soviética, realizado em 1956. Foi neste congresso que Krushov apresentou o relatório contra Stalin, mostrando os abusos do uso da autoridade e de violência, além de pautar alguns debates que iriam dividir o mundo comunista principalmente entre os dois principais partidos comunistas: o da URSS e o da China^{vi}.

A partir da análise do plano internacional, em que o mundo estava dividido em regimes políticos e econômicos diferentes, capitalismo e socialismo, o Congresso desenvolveu o princípio da coexistência pacífica. Falava-se em desenvolver melhor as relações entre URSS e os EUA sob alguns princípios: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão, não ingerência nos assuntos internos de outros países, igualdade e vantagens mútuas, coexistência pacífica e colaboração econômica.

Esses eram os princípios básicos da política apresentada por Krushov, primeiro secretário do Comitê Central do Partido Comunista da URSS. Para ele, só existiam dois caminhos: a coexistência pacífica ou a guerra. A coexistência era vista como um caminho nas relações internacionais entre países socialistas e países capitalistas. O relatório de Krushov apresentava que a maioria a humanidade repelia a política de posições de força, por ser uma política que acabava desenvolvendo a guerra.

Além dessa argumentação, o Partido Comunista Chileno construiu a partir da teoria marxista uma fundamentação teórica. Segundo o secretário geral do Partido Comunista Chileno, Luis Corvalán, ao se referir à via pacífica, era preciso recordar as “Teses de Abril”, escritas por Lênin em 1917. Segundo as interpretações do PC, ali se falava sobre uma possível revolução socialista na Rússia por meio de uma via pacífica, mediante a conquista no parlamento e nos espaços do governo burguês. Análise essa feita sobre a passagem do estado capitalista ao estado socialista. Somente após inúmeras complicações do movimento revolucionário é que Lênin e o Partido Bolchevique passaram a construir a saída pela insurreição. Isso, para Corvalán, não significava que o caminho pacífico não teria condições de se concretizar, mas que naquelas circunstâncias não existiam condições objetivas para que ela se desenvolvesse. Segundo as interpretações do Partido Comunista Chileno, tanto Marx como Lênin conceberam a via pacífica como uma possibilidade excepcional para se chegar ao socialismo.

Muitos historiadores e cientistas sociais discordam dessa leitura das “Teses de Abril”. Augusto Buonicori^{vii}, por exemplo, apresenta que Lênin havia anunciado uma tática que se baseava no processo de acumulação de forças e de “desenvolvimento pacífico da revolução” através da conquista da maioria pelos soviets, aprovado na 7ª Conferência Nacional dos Bolcheviques. Essa tática nada tinha haver com a tese da “via pacífica para o socialismo”. Lênin partia do pressuposto que havia a existência de um duplo poder, no qual o poder operário e popular possuía força política, moral e militar. Não se tratava de chegar ao socialismo através do jogo eleitoral. Para Florestan Fernandes^{viii}, Lênin chega a ser categórico em dizer que Marx e Engels afirmaram como um dos princípios de suas teorias

de que a revolução violenta era necessária e inelutável. Sem ela, era impossível substituir o Estado burguês pelo proletário.

O PC do Chile, principalmente a partir do seu congresso de 1969, fundamentado principalmente na teoria leninista, desenvolve algumas formulações sobre a revolução chilena. Ele compreendia que no Chile não havia espaço para uma ditadura do proletariado pela história de democracia no país^{ix}. Por isso via como central a manutenção do sufrágio universal, a escolha do projeto político para o país através das urnas e do candidato para após a eleição, iniciar um projeto de mudança do caráter do Estado. O sufrágio universal era entendido como um ponto de partida para a democracia, ela não poderia apenas ser representativa, mas deveria ser direta, através da participação popular, do controle dos órgãos de decisão política e econômica. Argumentavam que, inicialmente, buscariam obter a vitória no poder executivo para depois trilhar a conquista de maioria no parlamento. Achavam importante primeiro obter a Presidência da República para modificar a natureza do Estado chileno.

O socialismo, segundo discurso do PC, seria instituído a partir da conquista, conservação e aprofundamento da democracia política. A democracia se tornaria o meio e o fim para o socialismo, seria através dela que ocorreria a passagem do capitalismo para o socialismo e, ao mesmo tempo, a democracia só significaria o seu conceito filosófico pleno se houvesse socialismo. Ela seria no futuro mais que pluralista, seria hegemônica pelos trabalhadores. Era impossível conceber um governo popular sem assegurar as garantias individuais de todo o povo como liberdade de consciência, palavra, imprensa, reunião, inviolabilidade de domicílio, direito de organização em sindicatos ou qualquer tipo de associações, eleição democrática para todas as autoridades.

No mesmo programa apresentavam que, para haver o desenvolvimento da Revolução Chilena era preciso percorrer determinados aspectos da luta social. Por exemplo, impulsionar a frente da luta de massas, fortalecer a unidade e a luta da classe trabalhadora, avançar na aliança entre trabalhadores e camponeses e trabalhar para agrupar a maioria da nação chilena em torno do proletariado e dos objetivos antiimperialistas e antioligárquicos.

Portanto, era necessário que houvesse o desenvolvimento da consciência política do proletariado e mais amplamente das massas populares que se agrupariam em torno de um amplo programa de reformas democráticas.

A revolução chilena era concebida no programa como um movimento da classe trabalhadora e do povo organizado que mediante a luta de massas, retira do poder as atuais classes governantes, elimina o velho aparato do Estado, introduz transformações na estrutura econômica, social e política do país.

O programa aprovado no Congresso de 1969 propunha mudanças concretas na economia no sentido transformar o Chile em um país socialista e modificar as estruturas sociais do país. Falava em nacionalizar as empresas estratégicas para o país (nas quais estariam sob comando dos trabalhadores), estimular a pequena produção e difundir o “capitalismo de estado”. A relação comercial com os Estados Unidos não deveria ser rompida, mas deveria se basear em novos princípios como a igualdade de direitos, respeito à soberania nacional e mútua convivência.

Para que a Revolução Chilena pudesse se concretizar pela via pacífica, era fundamental para o PC, que fosse consolidada sua aliança com o Partido Socialista, que tinha em sua formação social, a representação de parcela do proletariado e da classe média. Entretanto, houve muita resistência por parte do Partido Socialista em aceitar a “via pacífica”.

O Congresso do PS em Chillán em 1967, o definiu como um partido marxista-leninista que apoiava a luta armada como única forma de se chegar ao socialismo. Diziam em suas resoluções que “a violência revolucionária era inevitável e legítima”, que resultava necessariamente do caráter repressivo e armado do estado de classe, e, portanto, se constituía na única via que conduziria o Chile à retomada do poder político e econômico, com a devida defesa e fortalecimento nacional. As formas pacíficas ou legais de luta não conduziram por si mesma ao poder o proletariado, e estabeleceu Cuba como espelho revolucionário para a América Latina.

O PS achava que a revolução socialista deveria ser incorporada desde o início do processo, sem constituir uma fase anterior, no período de mudanças antiimperialistas e antioligáquicas. A revolução conformaria assim, uma aliança social e política da qual somente poderiam fazer parte àqueles setores que realmente queriam o fim das relações capitalistas. E por essas razões, aliar-se a setores da burguesia significava a mudança dos objetivos e do caráter da revolução.

O presidente Salvador Allende que era filiado ao Partido Socialista, foi o candidato da Unidade Popular, apesar de defender a “via pacífica”. A imprensa do período dizia que ele mais parecia filiado ao PC do que ao PS por justamente por se identificar com as discussões apresentadas pelos comunistas. Allende chegou a declarar: “sempre fui e sempre serei filiado ao Partido Socialista” e apresentava discordâncias de algumas posições do Partido Comunista, como a vinculação, o compromisso e a implementação das políticas da Internacional Comunista. Segundo historiador Luís Márquez^x, ele acreditava que a liberdade burguesa e as suas reivindicações relativas às garantias individuais, não estavam ligadas apenas a superestrutura do capitalismo e da dominação burguesa, mas eram conquistas da humanidade. Elas se realizariam em sua plenitude quando se livrasse das amarras que as impunha o capital. Ele era a favor da construção de um consenso majoritário, político, social e ideológico que tornasse possível a confluência entre o centro e a esquerda em torno de uma estratégia não capitalista. Isso possibilitaria uma via gradual, sem ruptura institucional, sustentada sob base jurídica e derivada das maiorias políticas e sociais. A via chilena seria uma articulação entre democracia e socialismo, seria uma sociedade construída sob a democracia, pluralismo e libertação.

Allende refutava a idéia de ditadura do proletariado e dizia não existir experiências anteriores que utilizaram a via pacífica e, por isso, fazia-se urgente o desenvolvimento da teoria e da prática deste novo caminho para se chegar ao socialismo.

Apesar das divergências, Allende consegue convencer o PS, em conjunto com outros partidos formarem a Unidade Popular, assim como ser o candidato dessa coalizão, já que sua candidatura na eleição anterior havia ficado em segundo lugar.

O Partido Socialista enquanto direção continuou durante todo o período de 1970-1973 reafirmando que eram contrárias as posições do Partido Comunistas, aprovando resoluções contrárias a via pacífica. Isso demonstra a falta de unidade e de um projeto único da coalizão o que provocou desencontros e crises no plano político durante o governo. Fica nítido que durante o governo, conviveriam duas concepções muito distintas a respeito do processo revolucionário e que dificilmente se chegaria a um acordo para engendrar o processo político chileno. O próprio presidente se tornou o centro de pressões entre o seu partido e o comunista.

O que vai transparecendo no decorrer da pesquisa, é que o projeto da “via chilena” foi uma formulação gestada principalmente pelo Partido Comunista Chileno, por achar que não se poderia aplicar ao país apenas uma cópia mecânica dos processos ocorridos em outros países como, por exemplo, Cuba e União Soviética. O histórico democrático e também a forte presença de um proletariado ativo na vida política e social do país demonstravam peculiaridades no processo a ser engendrado no Chile. O estudo e a análise da realidade chilena juntamente com o desenvolvimento do pensamento teórico-político do PC foram sem dúvida os principais norteadores da formulação da via pacífica para o Chile.

Luis Corvalán, secretário geral do PC, certa vez questionado da real possibilidade de implementar a via pacífica, respondeu: “Cabe aqui uma reflexão geral. Havia algum outro caminho possível para a revolução chilena nesse período e nessas condições? Estamos convencidos que não. Dito de outra maneira, nesses momentos, a alternativa da via pacífica não era a via armada. Não havia outra alternativa revolucionária possível”.^{xi}

ⁱ Elisa de Campos Borges é mestranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Programa de História Social.

ⁱⁱ A Unidade Popular foi uma coalizão de partidos políticos que se agruparam para disputar as eleições presidenciais de 1970, na qual participavam como principais protagonistas o Partido Socialista e o Partido Comunista, tendo ainda a participação do Partido Radical, Social-democratas, Ação Popular Independente e parte da esquerda católica, o Movimento de Ação Popular Unificado.

ⁱⁱⁱ Salvador Allende Gossens nasceu em 1908 em Valparaíso, era médico, foi presidente do Centro de Estudantes de Medicina, vice-presidente da Federação de Estudantes do Chile. Em 1937 é eleito deputado e depois assume o cargo de ministro da saúde do governo Pedro Aguirre Cerda. Em 1946, 1952 e 1969 foi eleito senador. Foi um dos fundadores do Partido Socialista, em 1933 e em 1943 é eleito secretário geral. No interior do partido, Allende sempre lutou pela unidade da esquerda, inclusive para se concretizar a Frente Popular e mais tarde a Unidade Popular. Foi candidato presidencial nas eleições de 1952, 1958, 1964, 1970.

^{iv} A III Internacional Comunista foi criada por iniciativa de Lênin inspirada na práxis de Marx e Engels e na necessidade de assegurar e ampliar a Revolução Russa. Ela continuou o projeto da Liga dos Comunistas em especial, a I Internacional que era chamada de Associação Internacional de Trabalhadores durante o período de 1864 a 1872 e foi encabeçada principalmente por Marx. A II internacional funcionou durante 1889 a 1914, mas teve a participação de Engels até 1895 (ano de sua morte), e tentou continuar o trabalho de dar coesão aos proletários e ampliar a propaganda do marxismo. Sua ruína esteve também ligada aos esforços de guerra dos diversos países no sentido de colaborar com a burguesia para recuperação do capitalismo e pela degeneração da maioria dos partidos participantes. A III IC criada em 1919 a 1943 tinha como objetivo principal intensificar a expressão da crescente internacionalização da luta de classe do proletariado nas condições da crise do capitalismo e da divisão do mundo em dois sistemas – o socialista e o capitalista e no seu enfrentamento. Como nosso objetivo não é entrar na discussão das internacionais, mas apenas apresentar que as discussões de todas elas influenciaram nos debates e posições tomadas pelo PC do Chile.

^v O Partido Socialista, no momento da sua formação era um conjunto de grupos ideológicos que vinham de outras organizações como o Partido Radical, o democrático, grupos anarquistas, células comunistas, ex-militares, intelectuais, etc. Em sua primeira Declaração de Princípios indicava sua aceitação pelos fundamentos do marxismo e da luta de classes, sua organização deveria ser por núcleos pequenos, na qual deveriam adotar o método do centralismo democrático, mas não chegou a se filiar em nenhuma internacional por discordar de suas orientações. Era crítico a algumas políticas da União Soviética e a Stalin.

^{vi} Alguns autores como Eric Hobsbawm, Jean Baby e Fernando Claudin analisam esse momento com ênfases diversas, mas que permite quem queira conhecer o assunto ter um panorama de diferentes leituras.

^{vii} BUONICORI, Augusto. Lênin e os dilemas da Revolução Russa de 1917, Sítio Vermelho, 10 e 17 de novembro de 2004.

^{viii} FERNANDES, Florestan (org). Lênin – Política. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

^{ix} Na avaliação do PC, havia uma estabilidade política constitucional no país a partir de 1932, após experiências parlamentaristas de 1891 a 1924, e contava com significativa participação da população chilena no processo político. O voto feminino foi instituído em 1949, em 1970 os maiores de 18 anos já podiam votar, no final dos anos 30 elegeu ao governo a Frente Popular, em 1958 a direita retornou ao poder, em 1964 ganhou o governo da Democracia Cristã, em 1970 foi a vez da esquerda, enfim não havia o predomínio de uma única força política que governava o país. E essa reflexão foi muito importante na construção por parte do PC da via não armada para a Revolução Chilena.

^x MARQUEZ, Luis Corvalán. Del anticapitalismo al neoliberalismo em Chile. Santiago: Ed. Sudamericana, 2001.

^{xi} Partido Comunista do Chile : “ La Revolucion Chilena: sus grandes méritos y las causas de su derrota”, IN: Boletín del exterior, nº 26/novembro-decembro, 1977.